

LUIZ AZEVEDO

# Desafios do Sindicalismo no Brasil Contemporâneo

JUSTIÇA

CUT





Desafios do  
Sindicalismo  
no Brasil  
Contemporâneo

Entre Transformações  
e Resistências

# **Desafios do Sindicalismo no Brasil Contemporâneo: Entre Transformações e Resistências**

@ by Luiz Azevedo

Revisão: Washington Araújo

Diagramação: Henrique Satriani

Capa: Luiz Azevedo

Arte da capa, contracapa e ilustrações internas:

Criadas com o apoio do ChatGPT da OpenAI – DALL·E

Créditos das fotos:

Foto da página 16 e 17: Rovena Rosa/Agência Brasil

Foto da página 28: Fernando Frazão/Agência Brasil

Foto da página 38: Contraf-CUT

## **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Azevedo, Luiz

Transformações sindicais [livro eletrônico] :  
desafios atuais do movimento sindical brasileiro /  
Luiz Azevedo. -- 1. ed. -- Florianópolis, SC :  
Ed. do Autor, 2024.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-01-21315-6

1. Sindicalismo - Brasil - História  
2. Sindicatos - Administração 3. Sindicatos -  
Legislação - Brasil 4. Reforma sindical I. Título.

24-236719

CDU-34:331.105.44

### **Índices para catálogo sistemático:**

1. Sindicatos e autonomia privada coletiva : Direito  
sindical 34:331.105.44

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

LUIZ AZEVEDO

# Desafios do Sindicalismo no Brasil Contemporâneo

Entre Transformações  
e Resistências

 NORMANDO  
RODRIGUES  
Advogados

 **VEREDAS**  
•INTELIGENCIA ESTRATÉGICA•



**E**ste livreto é dedicado aos e às militantes e dirigentes sindicais que lutaram ou que lutam para transformar nossas entidades sindicais, visando uma maior densidade, mais ampla representação, maior representatividade e força para defender os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.



# Sumário

Transformações no trabalho	11
A resistência sindical no período recente	21
Há muita força para ser despertada	29
Tentando romper o cerco neoliberal	39
Apontamentos finais	53
Referências Bibliográficas	57
Sobre o autor	59

Foto: Cedoc-CUT



Aprovação da fundação da CUT no 1º Conclat em 1983

Foto: Cedoc-CUT



Assembleia de fundação da CUT

# Transformações no trabalho

O movimento sindical brasileiro enfrenta uma das fases mais difíceis de sua história. Não que os vários períodos de regimes autoritários, com prisões e assassinatos, como no final da década de 1960, não tenham sido difíceis. Foram horríveis.

Refiro-me a dificuldades diferentes, que não são necessariamente decorrentes de agressões físicas, apesar destas também ocorrerem. Trata-se da substituição do trabalho humano pela robótica e outras inovações tecnológicas e gerenciais.

A classe trabalhadora as percebe com um misto de revolta e admiração. É possível estabelecer alguma relação com o ludismo, movimento que no início do século XIX, na Inglaterra, quebrava as máquinas, por sentirem que elas aumentavam a produtividade, mas substituíam o trabalho manual qualificado.

Hoje o cenário mudou, mas a essência do problema persiste. A automação moderna, impulsionada por avanços em inteligência artificial, robótica e outras tecnologias, está substituindo empregos de todos os tipos em ritmo acelerado. Setores que variam de manufatura a serviços e até profissões especializadas, como advocacia e medicina, estão experimentando uma reconfiguração, devido à automação.

As preocupações contemporâneas giram em torno do desemprego tecnológico e da crescente desigualdade social. Em vez de quebrar máquinas fisicamente, a resistência moderna inclui protestos, debates sobre a regulação da automação, políticas de renda básica universal e educação voltada para a adaptação de trabalhadores às novas tecnologias.

Tanto os luditas quanto os trabalhadores contemporâneos compartilham a preocupação com a substituição de suas habilidades pelo avanço tecnológico, afetando a segurança do emprego e a sustentabilidade financeira.

Atualmente as direções sindicais acompanham preocupadas a substituição cada vez maior e mais rápida do trabalho humano pelos avanços tecnológicos.

Inovações na gestão, como o crescente uso da remuneração variável vinculada a metas a serem alcançadas individualmente por cada trabalhador.

Estas inovações gerenciais e tecnológicas alimentaram a ideologia da prosperidade e o individualismo. Cresceu entre os trabalhadores a percepção de que sua remuneração dependeria do cumprimento de suas metas, o que intensificou e exigiu mais trabalho e menos trabalhadores. As distintas síndromes modernas têm a ver com isso (Dal Rosso, 2008).

O “eu” ganha protagonismo e o individualismo cresce. As ações dos sindicatos chegam a ser interpretadas como algo que mais atrapalha do que o ajuda, especialmente quando recorrem à greves. Com a terceirização, *pejotização* e demais transformações gerenciais, os sindicatos perdem base, capacidade de

mobilizar e de regular essas situações em convenções e acordos coletivos.

A situação hoje é radicalmente diferente daquela em que atuaram as direções sindicais no último quarto do século passado. Já não predomina a linha de montagem fordista, na qual cada operário desempenhava um papel específico, mas essencial para o funcionamento do conjunto. A divisão do trabalho, dela derivada, gerava uma solidariedade orgânica — um tipo de coesão social que se baseia nas diferenças e na especialização de tarefas, típica das sociedades modernas e complexas.

O mundo mudou, os sindicatos também, mas não tanto.

Nas linhas de produção fordistas, tanto nas fábricas como nos escritórios, os trabalhadores rapidamente localizavam onde estava o elo mais frágil da linha, e ali concentravam o trabalho em suas paralisações por reposição de perdas e aumento de salários.

Nas metalúrgicas, era a ferramentaria; nos bancos, a compensação; e assim por diante. Hoje o desafio é saber o elo fraco nas cadeias produtivas mundiais. Com a automação, em cada setor econômico e ramo de atividade, foram ocorrendo mudanças.

A principal delas foi a gradual substituição do Fordismo pelo Toyotismo, um modelo de produção que surgiu no Japão após a Segunda Guerra Mundial, desenvolvido pela empresa Toyota. Foi concebido para aumentar a eficiência, a flexibilidade e possibilitar um processo constante de mudanças na produção, para atender demandas e desejos de cada consumidor.

A remuneração variável, a terceirização e uma busca frenética pela flexibilização das relações de trabalho foram decorrências quase que automática deste novo regime de produção. O *toyotismo* promoveu a polivalência dos trabalhadores, que passam a desempenhar várias funções.

Conferiu maior flexibilidade e facilidade para a empresa adaptar sua produção à demanda. O trabalho em equipe é incentivado para fomentar a troca de ideias. Foi aí que os trabalhadores passaram a ser chamados de colaboradores. São as ilhas de produção.

As ilhas de produção do *toyotismo* facilitaram a terceirização, agora usada de forma generalizada. Trabalhadores de uma empresa pedem demissão e se organizam em uma MEI ou cooperativa para prestar os mesmos serviços que faziam antes, mas agora como pessoa jurídica.

O sistema Kanban é uma ferramenta visual que ajuda a gerenciar o fluxo de trabalho e a produção. Ele utiliza cartões ou sinalizações para indicar quando uma etapa do processo deve ser acionada ou quando mais matérias-primas são necessárias.

É uma forma de garantir que o sistema *Just In Time* funcione sem interrupções, ajudando a visualizar gargalos e a manter a produção organizada.

Há ainda o Kaizen, que busca a melhoria contínua e a produção enxuta, que foca na eliminação de desperdícios em todos os aspectos da produção.

Cabe destacar aqui que este novo regime de produção, o *Toyotismo*, também tem seus elos fracos. E ele está na logística de transporte e armazenamento deste a matéria-prima e componentes produzidos em distintos

lugares para a fabricação do produto final até a logística de transporte destas mercadorias para o comércio e deste para o consumidor final.

Destaque aqui aos entregadores. Tanto aqueles que transportam em pequenos caminhões peças e componentes, como os que levam os produtos para os supermercados, concessionárias e lojas, como os que fazem a entrega para os consumidores.

Entregadores que operam com motos são muito usados nesta complexa logística que movimenta mercadorias, componentes, peças etc.

Quando se vai a uma oficina, o mecânico não tem ali armazenada a peça que vai precisar. Pelo telefone, em minutos chega a peça necessária. Todo este segmento de transporte e logística se tornou estratégico para o movimento sindical. Razão pela qual têm sido fortes as disputas por representação no setor, entre as centrais sindicais e também entre as lideranças que emergiram em suas lutas.

As mudanças até aqui expostas representam uma pequeníssima parte das transformações que já ocorreram e das que estão por vir. São mudanças substanciais nas condições materiais, imateriais e sociais nas quais vivemos e reproduzimos nossa existência.

Os tempos da modernidade sólida se foram e em seu lugar temos uma modernidade líquida, onde o contrato de trabalho e o de casamento só são respectivamente por tempo indeterminado e até que a morte os separem no papel e na fala do padre (Bauman, 2001).

Essa produção não é apenas uma atividade econômica, mas também um processo social que envolve rela-



**PREPARAR A GREVE G**

**TIRE AS MÃOS DA PREVID**

**EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA E DA LE**

**FORA TEMER!**

**DEBATE CUTista - SINPEEM**



FNE

Federação dos Enfermeiros

Al. Casa Branca

Não ataca tam na ta

Não NOSSA FISCAL DE TR

ERAL!  
ÊNCIA!  
I DO P

ções de poder, dominação e cooperação. As relações de produção determinam como os recursos são distribuídos, quem detém o controle sobre os meios de produção e como o trabalho é organizado.

Neste contexto, as ideias, valores e crenças são influenciados pelas relações de produção dominantes. E estão mais do que constatadas e estudadas as profundas transformações nas formas de se produzir em um contexto dominado pelo capital financeiro.



A teoria materialista da história enfatiza as relações sociais de produção como o motor primário do desenvolvimento histórico e da formação das ideias. Segundo Marx, as ideias não surgem de forma isolada ou independente, mas são moldadas e influenciadas pelas condições materiais e sociais em que as pessoas vivem e trabalham.

As inovações tecnológicas globais têm possibilitado mudanças nas cadeias de produção, na movimentação dos capitais e nas formas de se comprar a força de

Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil



trabalho e de se fazer renda. A este sistema global, novo, correspondem ideias e valores que são reproduzidos pelas instituições e pelas classes. É neste amplo processo que as pessoas buscam legitimar seus posicionamentos.

As ideias conservadoras, antes submissas a um contexto de florescimento da democracia pós ditadura militar e de ampla mobilização e conquistas populares, mantiveram-se presentes nas atuações subterrâneas, em igrejas, maçônicas e nos órgãos estatais, destacadamente no judiciário.

As transformações no mundo do trabalho abriram uma fenda, por meio da qual, as fumegantes ideias conservadoras se juntaram aos interesses neoliberais e emergiram como se fossem erupções vulcânicas. Empresários queriam e continuam a querer mais do que já têm; querem de volta o que foram forçados a conceder em face das mobilizações de massa em todo o mundo, a partir da segunda grande guerra.

Foto: Cedoc CUT



Formação da Comissão sobre a Questão da Mulher Trabalhadora

## A resistência sindical no período recente

**N**este século, as guerras híbridas têm sido usadas para viabilizar os interesses econômicos e geopolíticos do capitalismo ocidental, ainda hegemônico pelos EUA.

O impeachment de Dilma Roussef nada teve a ver com pedaladas, como já demonstrado. O que estava em questão era a mudança do regime de exploração do petróleo, afastando ao máximo a Petrobras para permitir a entrada das petroleiras americanas, como Shell, dentre outras.

As forças de direita e extrema-direita se aliaram aos partidos do Centrão para impedir a candidatura de Lula, em 2018, e viabilizar a ascensão da extrema-direita ao poder. Intensificaram os retrocessos civilizatórios, dentre eles ampliaram a desregulamentação e a flexibilização de direitos.

Mas, não conseguiram impedir que Lula reconquistasse a liberdade e fosse derrubando uma a uma as acusações levianas contra ele, recuperando seus direitos políticos. Concorreu e venceu as eleições, voltando a subir a rampa do Palácio do Planalto. É neste contexto que a extrema direita, a direita e o centrão se inserem como parte do cerco a Lula, para que governe não segundo seus

propósitos, mas nos limites a ele impostos pelas forças políticas que lhe dão sustentação e pelos demais poderes.

As direções sindicais ainda estão presas a estratégias vitoriosas no passado e delas não conseguem se libertar e dar um salto em direção a novas formas de organização e ação. Dentre as razões de sua perda de força e de capacidade de mobilização estão as ideias neoliberais, do individualismo egoísta, do empreendedor individual, que floresciam enquanto as classes dominantes incendiavam o país e aproveitavam-se da correlação de forças a eles favorável para intensificar as desregulamentações nas relações de trabalho.

Imensas brechas e fendas foram abertas, por onde saíam lavas candentes em todas as direções, consigo carregando as ideias e sentimentos neoliberais que impregnaram as religiões pentecostais para, em nome de Jesus, fomentarem o individualismo egoísta e empreendedor.

Esta é a razão que explica por que, mesmo após a apertada vitória de Lula em 2022, as forças do retrocesso continuam se constituindo difícil obstáculo para a conformação de uma nova hegemonia. Esta é uma das explicações, mas apenas uma, da baixa presença nas manifestações sindicais e do fraco envolvimento do conjunto dos dirigentes sindicais com as lutas.

As novas burguesias requerem a devolução do que seus pais concederam. Querem um estado enxuto, mas amplamente acessado apenas por eles. Frente aos problemas sociais, promovem o retorno ao que faziam antes da segunda guerra, quando os indesejáveis eram expulsos para a periferia ou trancados em hospícios. Valores como

individualismo, competição e acumulação de riqueza são promovidos e disseminados junto com posições racistas, xenófobas e machistas.

A repulsa aos negros e negras, aos indígenas e à população pobre, lateja em seus corações, se transforma em ação política e em atos genocidas. São provas inquestionáveis de que as formas de produção e as relações sociais que as acompanham também moldam as estruturas políticas, jurídicas, culturais e religiosas de uma sociedade. As leis e as instituições políticas são parte desta moldura, que protegem os interesses da classe dominante e mantém a ordem social existente, sempre que o governante e as forças da classe trabalhadora não reúnem forças para defender e impor seus interesses.

Mas, como reconhece Marx, as ideias não são simplesmente impostas de cima para baixo pelas estruturas de poder. Elas também são contestadas, reinterpretadas e transformadas pelos próprios agentes sociais em diferentes contextos históricos. Os movimentos sociais, as lutas e vitórias, como a de Lula para a Presidência da República, são as fendas, brechas ou veredas, por onde podemos desafiar e subverter as ideias dominantes, abrindo espaço para novas formas de pensamento e organização social. Mas, não se faz isso sem força popular mobilizada.

É neste estágio que se encontram os sindicatos e a CUT. Frente a mudanças tão drásticas, a ataques sistemáticos defendem-se como podem e, mesmo com um governo democrático e popular, não conseguem reunir forças suficientes para enfrentar a maioria liberal conservadora que domina o Congresso Nacional.

Já revelam ter identificado pelo menos os problemas principais, mas a percepção que se tem é que a maioria das direções das entidades filiadas ainda não despertaram ou ainda não se libertaram totalmente das correntes que as prendem ao passado.

O movimento sindical tem ajustado suas posições, mas ainda não conseguiu firmar uma unidade estratégica que vá além das agendas junto aos três poderes. Ou já a tem, mas não conseguem mobilizar suas bases para concentrar seus esforços na mobilização em defesa das propostas que apresentam.

Não nos assustemos. Há décadas se critica a estrutura sindical em vigor, pois, de fato, ela foi usada pelo regime ditatorial quando e como melhor lhe interessava. Mas, sempre houve parcelas do movimento sindical que a defendeu, do contrário não teria sobrevivido quase um século.

De um lado, cresce o número de dirigentes dispostos a lutar por transformações. De outro, há aqueles que se agarram a entidades que já não têm capacidade de mobilização e sofrem com a crescente perda de associados em decorrência da fragmentação e pulverização das relações de trabalho.

A história do movimento sindical brasileiro já demonstrou que as mudanças legislativas em um sistema parlamentar como o nosso, primeiro se consegue na luta, para depois as regulamentar na lei. Entretanto, grande parte ainda espera e cobra que Lula faça as mudanças que prometeu que faria. E o que Lula prometeu? Ele foi muito assertivo. Prometeu que encaminharia ao Congresso Na-

cional a proposta de reforma que as Centrais Sindicais lhe apresentassem de forma unitária.

As diretrizes já se encontram acordadas, mas buscam ainda acertos com as principais lideranças das Confederações Empresariais, com as lideranças das Centrais Sindicais e consomem seus últimos cartuchos construindo este entendimento, cientes de que nada será aprovado no Congresso Nacional sem um acordo com o *Centrão*.

Foi por isto que, pelo menos temporariamente, a CUT renunciou da liberdade sindical estabelecida na Convenção 87 da OIT, deixou de lado a PEC que ajudou construir e se concentrou a fazer uma reforma mínima, aprovando apenas um projeto de lei. Dentre as propostas acordadas com as Centrais Sindicais está o desconto assistencial ou negocial, aprovado em assembleia e descontado de todos os beneficiados pelos acordos e convenções coletivas, com direito a oposição nas assembleias ou nas entidades sindicais.

A maioria das entidades aguarda ansiosamente pela aprovação de um desconto que, nestes termos, fazem por meio de convenção coletiva desde os anos 1960, em pleno regime militar, quando ainda havia o Imposto Sindical. O imposto foi extinto e junto com ele os descontos negociais ou assistenciais entraram na mira dos neoliberais e setores empresariais, destacadamente no setor de serviços, mas não só.

A direita e a extrema direita, bem como partidos do centro, conhecem esta história e sabem que com a queda na força dos sindicatos, maior número de trabalhadores tendem a se manifestar contra qualquer des-

conto. Dizem tratar-se da defesa da liberdade individual, mas nada fazem quando proposições legislativas buscam autorizar os Conselhos Regionais a exigirem que o registro profissional feito e pago em um outro Estado seja refeito em cada um dos estados brasileiros onde o profissional quiser trabalhar.

É difícil defender a proposta de desconto de todos os beneficiados, perante trabalhadores em setores pouco organizados e mobilizados. Entidades de fachada ou gabinete que fazem este tipo de cobrança sem discutir e esclarecer bem a categoria terminam por promover filas imensas às suas portas para pegar o que foi descontado de volta. E, desta forma, fornecem mu-



nição para aqueles que atuam contra a aprovação de qualquer medida nesta direção.

As transformações no mundo do trabalho descaracterizaram de tal forma as identidades de categoria e de classe, que grande parte dos trabalhadores não se identificam nem como classe em si, quanto mais avançar para se sentir parte de uma classe para si, fator essencial para a organização sindical e política.

É neste contexto que, uns com os dois pés no futuro, outros com um pé no passado e outro no futuro, o movimento sindical se movimenta com dificuldade para fazer a pressão e as mobilizações que possam influir nas articulações palacianas e no Congresso Nacional.

Foto: Tânia Rego - Agência Brasil



---

Lula sob a rampa do Palácio do Planalto, acompanhado de representação dos povos indígenas, das mulheres, da raça negra e dos PCDs.

---



# Há muita força para ser despertada

Como são vários os fatores relevantes nesta discussão, comecemos por aquele que confere força à direção sindical, quando se dirige à classe patronal, ao governo e à classe trabalhadora, em suas diversas fragmentações. A representação cada vez mais enxuta e a representatividade despencando ladeira abaixo.

É inegável a queda dos percentuais de sindicalização na maioria dos países, assim como há consenso de que, dentre as causas, estão a fragmentação e precarização das relações de trabalho, os altos percentuais de desemprego e o crescente individualismo. Dados do IBGE apontam para a menor taxa de sindicalização da história do país, 8,4% da população ocupada, representando um dos menores percentuais desde 2012.

Em 2023, o número total de trabalhadores sindicalizados no Brasil era de aproximadamente 8,4 milhões, em um universo de 100,7 milhões de pessoas ocupadas. Essa porcentagem tem diminuído nos últimos anos, refletindo uma tendência de queda na sindicalização em diferentes setores, tanto públicos quanto privados.

Com a reforma trabalhista e as mudanças posteriores – os acordos individuais, unipessoais, como PJ

(pessoa jurídica), trabalhadores intermitentes e Microempreendedores Individuais (MEI), além da terceirização de uma quantidade considerável de trabalhadores –, o número e o percentual de associados foram substancialmente reduzidos.

Os sindicatos foram perdendo sua capacidade de falar para o conjunto dos trabalhadores e cada vez mais falando para seu pequeno universo, os sindicatos foram deixando de falar para a classe, atingindo uma quantidade cada vez menor de trabalhadores.

Nisto reside o maior problema sindical e é aqui que a CUT, com ou sem as demais Centrais Sindicais, precisa constituir um Grupo Seletor para pensar como enfrentar. A mudança legislativa pretendida ajudaria, caso o movimento sindical tivesse força para aprová-la no Congresso Nacional. Não é este o cenário, destacadamente após a vitória político-eleitoral dos partidos de centro nas eleições municipais, quando a presença efetiva do movimento sindical revelou que já não se constitui em uma ameaça aos colégios eleitorais do centro para a direita.

Acrescente-se a isso uma relativa inércia, ou baixa prioridade conferida às transformações organizativas e às inovações nas formas de atuar, dialogar e se comunicar com uma legião de trabalhadores formais. O que dizer dos precarizados e informais, que se encontram dominados pelas ideias do empreendedorismo individual.

As centrais sindicais vêm, desde 2019, trabalhando para se contrapor aos ataques neoliberais e construir mudanças legislativas como suporte a transformações organizacionais que possibilitem uma maior densidade

sindical, ou seja, ampliar a representação e aumentar a representatividade das entidades sindicais.

A CUT enfrentou essa discussão em seu 14º congresso e aprovou caminhos que devem ser trilhados. Foram apontadas diretrizes para a reforma legislativa e um conjunto de transformações sindicais possíveis de serem realizadas como forma de alargar a representação e aumentar a representatividade, ou seja, a densidade sindical, com ou sem mudança legislativa.

Considerando a desfavorável correlação de forças no Congresso Nacional, as centrais sindicais deixaram em compasso de espera a PEC 196/2019 e concentraram seus esforços na construção de um projeto de lei, que necessita de maioria simples para ser aprovado, por meio de negociações tripartites, envolvendo o Ministério do Trabalho e representações das Confederações Patronais e das Centrais Sindicais.

A proposição se sustenta em quatro pilares:

- (1) em um conjunto de medidas voltados para valorizar as negociações coletivas e seus resultados, quais sejam, os acordos e as convenções coletivas;
- (2) a instituição da autorregulação na organização sindical, reduzindo substancialmente a presença do Estado;
- (3) o incentivo ao adensamento da organização sindical, visando maior densidade sindical, derivada da ampliação da representação e aumento da representatividade e;
- (4) garantir direitos sindicais básicos e o combater às práticas antissindicais.

É indiscutível que a CUT foi forçada a recuar alguns passos em relação ao seu projeto de organização sindical histórico, para se ajustar à nova correlação de forças no Congresso Nacional e às demandas de Lula de que a proposição apresentada fosse unitária. O trabalho de articulação do Fórum das Centrais Sindicais foi interrompido no período eleitoral, mas já foi retomado com força a partir de novembro. Se Lula não priorizar esta questão em 2025 não teremos sequer a contribuição negocial, aprovada em assembleia e incluída nas convenções coletivas, teremos apenas o que está estabelecido pelo STF. Pelo menos enquanto o Congresso não derruba também isto.

O principal movimento estratégico da esquerda e do governo nestes dois últimos meses que nos separam das festas natalinas, será acordar a escolha de presidentes para a Câmara e o Senado, comprometidos com uma agenda mínima. Nesta agenda, pelo menos a contribuição negocial precisa estar assegurada.

Mesmo com acordos desta envergadura, a aprovação das medidas no Congresso Nacional não será fácil. Não há nem sinal de que o movimento sindical vá conseguir mobilizar seus representados para um assunto tão difícil como este.

Em todo o mundo, o movimento sindical enfrenta desafios semelhantes, marcados por uma constante perda de associados e pela redução de sua influência política e econômica. No Brasil, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) alcançou o momento de declínio, previsto no ciclo de Adizes. No entanto, a implementação de um inovador choque organizativo, focado na ampliação da base de representação e no fortalecimento da legitimidade frente

aos trabalhadores, poderá reverter esse processo de estagnação. Investir em estratégias que engajem as novas gerações de trabalhadores, se adaptem às transformações do mercado de trabalho e promovam um diálogo mais próximo e eficaz com a sociedade são passos fundamentais para revitalizar e modernizar a ação sindical.

As Centrais Sindicais, e a CUT em particular, precisam se organizar e fazer uma discussão com as direções de cada sindicato, entidade por entidade, sobre a necessidade de romper com o passado, dele aproveitando apenas as forças acumuladas, e iniciar uma operação efetiva de adensamento sindical, buscando valorizar as negociações coletivas e viabilizar financeiramente as entidades sindicais.

É de conhecimento público que vivemos uma situação de pluralidade sindical nas entidades de segundo e terceiro grau. Muitas são as situações em que há alternativas nos casos em que não é possível unificar entidades, como a construção de Coletivos Unitários para conduzir as mobilizações, as negociações e firmar os acordos e convenções coletivas.

Não há como negar que nos aproximamos do cenário europeu, sem os direitos sindicais que eles conquistaram. Lá, cada partido tem uma relação mais estreita com certa central sindical. No Brasil, a CUT e PT, aos olhos das classes populares, são a mesma coisa. Idem CTB e PCdoB; a CSB e PSB, Conlutas e PSTU; UGT e PSD; Força Sindical e PDT/Solidariedade; e assim por diante, agregando a cada facção as forças sindicais e políticas com ideologia e projeto político mais próximo.

Este estreito vínculo faz parte da trajetória de cada central. Desgastes nos partidos impactam nas centrais e vice-versa. Não era esta a proposta de construção de uma Central Única dos Trabalhadores, mas, já na sua fundação não conseguimos a unidade almejada e com a conquista de 10% da contribuição sindical para as centrais cresceu a motivação pela separação.

As direções da CUT, desde sua criação, se propuseram e expressaram seu desejo pela unidade em seu próprio nome. Buscar a reunificação, pelo menos com as entidades mais próximas, deve ser uma prioridade. Afinal, duas, a CUT e a CTB já se encontram em uma mesma Federação partidária. O mesmo deve ocorrer nos demais âmbitos, onde, analisando caso a caso, é possível avançar em fusões e incorporações. O adensamento a partir dos sindicatos só se tornará realidade quando no âmbito superior, as centrais e as confederações se aproximarem.

Falar é fácil, mas fazer é outra história. Desde a Reforma Trabalhista de 2017, a CUT tem enfrentado dificuldades para unificar suas confederações. A central também não tem conseguido avançar na superação das disputas por base no serviço público e em outros setores, especialmente no de serviços.

Desde então, a CUT se encontra em uma encruzilhada que a impede de ser o que já foi no passado. Apesar de ter passado pelo estágio de maturidade, ainda não atingiu sua plenitude. Sua força tem diminuído com a redução do número de representados e associados em suas entidades. A central não conseguiu ampliar sua representação e perdeu espaço no diálogo

com a classe trabalhadora. O que se observa é que suas entidades filiadas também enfraqueceram, mesmo entre os trabalhadores formais.

A credibilidade do movimento sindical chegou a ser uma das maiores dentre todas as organizações e atingiu o seu pico no final da década de 1980. Com a adoção do Plano Real, em 1994, e as políticas de liberalização econômica, os sindicatos enfrentaram novos desafios. A crise econômica, o desemprego e a reestruturação produtiva fragilizaram muitos setores sindicais, que já não tinham a reposição de perdas para se afirmar. A CUT teve que se reposicionar.

Continuou a atuar com vigor nas campanhas, nas lutas políticas e intensificou a construção de federações e confederações, seguindo diretrizes aprovadas logo após a Constituinte. Para isso, não foi preciso mudar uma vírgula sequer da legislação. Organizou oposições sindicais, buscou a filiação de sindicatos e organizou sua atuação. Considerando o novo contexto, adotou a disputa de hegemonia como um desafio, que implicou na formação de dirigentes para se inserirem e defenderem os interesses da classe trabalhadora em todas arenas e trincheiras.

Com a vitória de Lula, esta imensa energia se dispersou e muito do que se construía na prática passou a ser trabalhado na institucionalidade. Muitos líderes e assessores sindicais ocuparam cargos políticos no governo e no parlamento, o que facilitou as campanhas da direita estabelecendo vínculos dos sindicatos com os partidos. As denúncias de corrupção, largamente difundidas e usadas pelos neoliberais e seus meios de



Dia Nacional de Luta em Defesa da Caixa 2023

comunicação, afetaram a imagem das entidades sindicais, que se defenderam como puderam. Mas, é preciso considerar, que também foram beneficiadas pelas conquistas do governo Lula, o que lhes conferiu fôlego para continuar suas batalhas.

No início do século, o governo e as centrais tentaram fazer uma reforma sindical (2004/2005). Após ampla discussão o governo encaminhou ao Congresso Nacional a PEC 369/05 e uma legislação complementar de garantia de direitos sindicais, que sequer chegou a



Foto: Contraf-CUT

ser protocolada. A PEC dorme em um dos arquivos na Câmara dos Deputados.

Na sequência, em 2008, houve o reconhecimento das centrais sindicais, o que lhes possibilitou o acesso a 10% das contribuições sindicais recolhidas a suas entidades filiadas e redistribuídas para sistema confederativo e para as centrais sindicais. Esta conquista se traduziu em um estímulo maior para as correntes político-partidárias, mesmo aquelas que defendem a unicidade com ênfase, saíssem da CUT e construíssem suas próprias centrais.



# Tentando romper o cerco neoliberal

**A**s mobilizações da juventude e populares de 2013 demarcam um novo período. A situação se tornou muito mais complexa. As mobilizações que se seguiram à luta dos estudantes em torno do transporte público se generalizaram com uma forte atuação de organizações empresariais. Há suspeitas de que grupos secretos, vinculados aos esquemas de atuação do Departamento de Estado americano (DEA), atuaram intensivamente, espalhando mentiras sobre o governo Dilma.

O movimento sindical se mobilizou, mas foi insuficiente para ajudar o governo a reagir à altura. Veio o impeachment. É verdade que, mesmo neste contexto, as entidades sindicais lideraram greves, fizeram grandes manifestações, como a realizada em Brasília e na Paulista, dentre outras localidades. Mas, com o golpe, se viu mergulhada em uma situação muito desfavorável. Os direitos da classe trabalhadora passaram a ser atacados por todos os lados. Destacadamente por medidas legislativas aprovadas no Congresso Nacional. O movimento sindical resistiu e reduziu o impacto das medidas regressivas. Se articulou em torno do Fórum das Centrais e resistiu como

pode, mas se concentrou nas articulações com cada vez menor capacidade de mobilização.

A fragmentação e enfraquecimento dos sindicatos se acentuou. As mudanças na legislação trabalhista, como a reforma de 2017, as Medidas Provisórias e as alterações que foram inseridas em proposições que nada tinham a ver com o assunto, se constituíram em ataques sistemáticos, que retiraram dos sindicatos seu financiamento e reduziram seu poder de negociação. A pandemia decuplicou as dificuldades.

Foram seis anos marcados por sistemáticos ataques à organização e à imagem dos sindicatos. Uma guerra híbrida foi declarada aos direitos dos trabalhadores, ao movimento sindical e à esquerda em geral, destacadamente ao PT e a Lula. Os jornais, as TVs – quase todas nas mãos de grupos religiosos -, as emissoras de rádio e as postagens impulsionadas nas redes sociais espalharam um festival de mentiras.

As centrais sindicais, destacadamente a CUT, não tinham como deixar de se inserir na campanha Lula Livre. O que explicitou ainda mais sua estreita relação com Lula e o PT, facilitando a difusão nas bases sindicais de que defendiam um “ladrão presidiário”. Esta situação se tornou um desafio difícil de superar. E, não há como negar, que atingiu a imagem dos sindicatos.

Com a vitória de Lula, era de se esperar que um novo contexto se abrisse. E, de fato, a situação é absolutamente diversa da anterior. Entretanto, passados quase dois anos da posse, as mudanças legislativas esperadas não se viabilizaram, como a reforma sindical, fortalecen-

do as negociações coletivas, em detrimento dos acordos individuais; a retomada do financiamento sindical, pelo menos garantindo o histórico desconto assistencial, aprovado em assembleia e descontado de todos, filiados ou não, com direito a oposição no Sindicato; a retomada de direitos e de normas regulamentadoras, que foram eliminadas pelas reformas, decretos e portarias dos dois presidentes que sucederam Dilma Rousseff e antecederam o retorno de Lula à Presidência da República.

As iniciativas foram tomadas, os espaços de negociação foram constituídos, mas não se conseguiu elaborar uma proposição com alguma possibilidade real de ser aprovada no Congresso Nacional e ser transformada em lei. Para piorar, a composição do Congresso Nacional é tão desfavorável aos interesses da classe trabalhadora que até simples decretos são derrubados.

A CUT teve que se reposicionar e organizar suas ações neste novo contexto. E o fez aprovando estratégias adequadas para o novo período em seu 14º Congresso. Decidiu ampliar a representação dos sindicatos, superar o conceito de categoria e buscar a organização dos trabalhadores em seus territórios. Promover mudanças estatutárias e ir ampliando sua representação. Fazer amplas campanhas de sindicalização, melhorar a comunicação das entidades e as formas de realizar assembleias e consultas de forma que sua atuação seja reconhecida pela classe trabalhadora.

Muitos sindicatos têm adotado novas formas de comunicação e de trabalho com suas bases, utilizando tecnologias digitais para alcançar e engajar os traba-

lhadores. Mas, a maioria ainda está letárgica e se comunica analogicamente.

Os avanços tecnológicos são pouco utilizados. Ainda não temos uma forte organização em rede, capaz de fazer frente às redes da ultradireita, porque este desafio, apesar de assumido com prioridade, não conseguiu a adesão de grande parte dos dirigentes sindicais na organização das brigadas digitais. No mínimo, uma por sindicato filiados teríamos que ter formado, o que já passaria de três mil brigadas. Não chegamos a mil.

Neste contexto, tem predominado a desconfiança e manobras internas voltadas a um controle injustificável. A expressão “os contatos são meus” tem prevalecido, o que dificulta a montagem de uma rede nacional, articulada com redes nos ramos e nas CUT’s estaduais e destas com as entidades filiadas do seu ramo ou do seu Estado. Nossas brigadas existem, em número inferior ao necessário, não tão mobilizadas como deveriam, mas existem como produto do esforço de quem por elas lutou.

Vejam que há aproximadamente, entre efetivos e suplentes, aproximadamente 60 mil dirigentes sindicais, apenas nas entidades filiadas à CUT. Se envolvêssemos todo o movimento sindical estaríamos falando em mais de 200 mil dirigentes sindicais. Enfim, uma legião de lutadores a serem despertados, preparados e inseridos em nossas batalhas. Mas, somos incapazes de organizar uma operação para enfrentar este desafio.

Os avanços tecnológicos são pouco utilizados; a maioria dos sites, quando existem, são pouco atrativos, com tecnologia defasada, que não se ajustam aos celulares

e outros dispositivos; não atualizam as matérias e informações com a agilidade necessária; não realçam notícias e ações que poderiam ter maior impacto e serem mais atrativas; não trazem acesso aos direitos estabelecidos em convenções coletivas, relatando o papel do sindicato; quando aproveitam o potencial das redes sociais o fazem de forma acanhada; poucos possibilitam uma comunicação interativa. Enfim, a maioria se parece mais murais do que portais virtuais e interativos<sup>1</sup>. Claro, existem honrosas exceções, ainda bem.

Nas campanhas e negociações coletivas, nas reuniões, plenárias e assembleias virtuais muito se aprendeu nos últimos anos, mas poucas entidades inseriram esta forma de atuar em seu cotidiano e conseguiram transformar seus sindicatos a partir desta nova realidade. O uso de redes para organizar e dar visibilidade para a atuação da direção está muito aquém das possibilidades. Prevaecem ainda os vídeos e postagens individuais.

Todos sabem da necessidade de representar os trabalhadores *pejotizados* e terceirizados, mas pouco se avançou nesta direção. De um lado, porque não se trata de um assunto fácil de tratar; de outro, porque um assunto tão prioritário mereceria a constituição de um grupo avançado para construir um plano estratégico, alinhado de cima a baixo, para enfrentá-lo. Penso que se trata de um problema que não se enfrenta com instrumentos tradicionais e de forma isolada em cada “categoria” profissional.

---

<sup>1</sup> Ver Abridor de Latas Comunicação Digital.

Tampouco acredito que uma representação autêntica destes trabalhadores ocorrerá necessariamente nas entidades existentes. Há casos, em que isto é possível e necessário. Mas, tantos outros existem em que os trabalhadores se sentirão melhor representados não por entidades compostas por trabalhadores que gerenciam seu trabalho, mas por entidades dirigidas por eles mesmo. Situação mais comum no serviço público, em autarquias e estatais.

Avanços na oferta de serviços diversificados são constatados, pois este tipo de atividade, a maioria do movimento sindical nunca deixou de realizar. Mas, é possível ampliar o trabalho nesta direção superando seu caráter assistencialista, tornando-o uma forma de organizar quem busca assistência jurídica, convênios e opções de lazer. O cartão de associado pode estar visível em um ‘aplicativo’ baixado no celular, por meio do qual os associados podem acessar serviços, mas também podem denunciar irregularidades nos locais de trabalho, que serão imediatamente acessados pelos membros da direção sindical e pelo seu setor jurídico. Desta forma, a direção pode falar com facilidade com todos os seus associados, como já faz a direção do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

A IndustriALL-Brasil é uma grande iniciativa, inspirada na Global Union. Entidades sindicais da base industrial se organizaram para defender seus interesses e atuar fortemente na reindustrialização do Brasil. Nesta direção, a organização de redes mundiais em cada uma das cadeias produtivas é um objetivo estratégico a ser perseguido.

Iniciativas interessantes têm surgido na organização de cooperativas de trabalhadores, que adotam um modelo de gestão coletiva do trabalho e da produção, visando não apenas a sustentabilidade econômica, mas também a defesa de seus direitos e a promoção de uma maior autonomia.

Essas cooperativas, estruturadas a partir dos princípios da solidariedade, participação democrática e distribuição equitativa dos resultados, têm demonstrado ser uma alternativa viável para fortalecer a atuação sindical nos territórios, especialmente em contextos de precarização do trabalho e enfraquecimento da representatividade sindical tradicional.

Além disso, essas experiências contribuem para a construção de redes de apoio e colaboração entre trabalhadores, fomentando uma economia mais inclusiva e resiliente. O investimento em tais modelos pode revitalizar a presença sindical e oferecer novas formas de articulação e luta por melhores condições de trabalho e políticas públicas mais favoráveis.

É consensual a necessidade de renovação sindical, com a inclusão de jovens, mulheres e negros nas áreas estratégicas, tornando-as mais alinhadas à composição étnica, de gênero e minorias da base representada. Embora as cotas sejam uma medida importante, elas, isoladamente, não são suficientes. É preciso implementar ações mais amplas e estruturais para garantir uma representatividade genuína e eficaz.

É preciso uma radiografia da base representada e da que se pretende representar, seguido de um forte trabalho

de base e de organização das lutas de cada segmento, para que a partir dali surjam, das lutas, possíveis candidatos à direção sindical.

A questão não é esperar pela concessão de vagas, mas sim conquistá-los por meio da competência e da capacidade de representação demonstrada por cada candidato ou candidatura, independentemente de sua etnia, orientação sexual ou identidade de gênero.

Na base, a perda de credibilidade e o crescimento do individualismo dificultam o surgimento de uma nova geração de dirigentes. Ou seja, sem inovar na organização e nas ações não haverá militantes disponíveis para fazer a renovação nas direções.

Na organização territorial, as iniciativas foram maiores durante a pandemia e depois se tornaram residuais. A expectativa era ter espaços e ações sindicais unitárias voltadas para a mobilização e representação de classe, abrangendo precarizados, trabalhadores informais e desempregados. O pressuposto básico era ter uma radiografia de quem se pretendia agregar na representação sindical e conquistá-los pelos compromissos evidenciados nas lutas organizadas.

Não se trata de um trabalho a ser realizado individualmente por cada entidade. Mas, produto de uma radiografia dos territórios-alvos e de um imenso esforço das direções sindicais nele presentes para, em comum acordo, buscar representá-los. Lamentavelmente, tanto nos ramos como nos territórios, o que se presencia são disputadas por espaços e um esforço aquém do necessário para superar as diferenças e avançar na unidade.

A CUT Comunitária já foi objeto de discussão na central, mas, salvo raras exceções, não passou disso. É impossível que as ações do movimento sindical tenham força e sejam atrativas, se continuarem distantes dos espaços de onde vivem e trabalham, milhares de trabalhadores informais e precarizados.

Nos ramos de atividades, os avanços frente às disputas entre confederações e federações se situam muito aquém do desejado. Como exigir que o papel do Estado seja substituído pela autorregulação sindical, em um fórum onde as centrais sindicais se sintam representadas, se nem no interior das próprias centrais temos constatado avanços significativos para superar as disputas, que são de conhecimento de todos?

Com o objetivo de avançar rumo à autorregulação, o Ministério do Trabalho já poderia ter constituído, por meio de ato administrativo, um Conselho de Autorregulação, cuja atuação serviria como exemplo para o que se almeja alcançar com a legislação.

É extremamente reconhecido que regular o registro e a organização sindical, neste contexto de fragmentação, dispersão e, em grande medida, descaracterização das categorias profissionais tradicionais, equivale a se inserir em um cenário de conflitos entre as próprias entidades sindicais. Além disso, há o risco específico de que a decisão final seja ditada pelo Poder Judiciário.

Como já dissemos, se pretendemos avançar de fato na autorregulação temos de começar internamente em cada central e entre as centrais e solicitar ao Luiz Marinho que constitua por ato administrativo um Conselho de

Autorregulação. Enquanto não mudar a legislação, suas decisões serão conselhos a serem acatados ou não pelo Ministro. Melhor isso do que depender da burocracia e de negociações com o secretário do momento.

São inegáveis os esforços da CUT nesta questão. Mas, passados quase dois anos de governo Lula, nada se avançou e os problemas de registro sindical continuam desde o governo passado. Centenas de entidades sequer atualizaram suas direções e agora estão convocadas a fazê-lo até o final do ano. A inoperância nesta questão é geral. O que está impedindo as entidades sindicais de acessar o site do Ministério do Trabalho e atualizar suas informações?

O adensamento sindical por meio da unificação de entidades e da ampliação da representação, incorporando os trabalhadores das empresas terceirizadas, avançou pouco porque este é um trabalho difícil e nem sempre interessa a todas as direções ou a todos os seus dirigentes. Exatamente por isto, merece ser tratado como uma operação conduzida por uma equipe cuidadosamente escolhida.

O mesmo tem ocorrido em relação ao aumento da representatividade, por meio de amplas campanhas de sindicalização. Este é um assunto indissociavelmente vinculado ao anterior, pois não se trata apenas de buscar a sindicalização dos trabalhadores formais representados pelos sindicatos, mas também de ampliar a representação. Uma operação com perfil adequado para ser assumida pelos ramos de atividade coordenados por um alto comando designado pela Direção Executiva da CUT.

Na melhor das hipóteses, manteria os percentuais de associados em relação aos trabalhadores registrados e conseguiria produzir um diagnóstico dos desafios que teriam de ser enfrentados, dialogando ou não com outras centrais sindicais, a depender de suas presenças efetivas na representação de cada ramo de atividade.

No que se refere às inovações organizacionais, para fazer frente ao individualismo, à indisposição de participação em atividades presenciais, às informações veiculadas nas redes sociais, na forma de fake News, ou em velocidade maior do que aquelas produzidas pelas direções sindicais, tem havido avanços, mas insuficientes para garantir ao movimento sindical uma capacidade de comunicação superior à de seus principais adversários.

Neste contexto, as presenças abaixo das expectativas em eventos e a baixa capacidade de mobilização do movimento sindical para ocupar praças, ruas e avenidas são apenas parte dos problemas. Alguns dos fatores que nos ajudam a compreender:

- (1) consequência de um ataque sistemático sofrido pelas entidades sindicais durante seis anos seguidos.
- (2) derivadas de uma forte expectativa de que os problemas seriam todos resolvidos com a vitória de Lula, que governa em um contexto de baixíssima governabilidade;
- (3) decorrentes de um sistema de baixa responsabilidade, que reproduz no ambiente sindical, o individualismo preponderante na sociedade e o desprezo pelas ações coletivas, salvo em desastres que envolvem a vida, como a mobilização de solidariedade ao

Rio Grande do Sul revela. A maioria dos membros das direções se encontra desmotivada e afastada do cotidiano sindical, sobrecarregando poucos com tarefas difíceis e que exigem um esforço monumental; (4) derivadas de uma postura conservadora, de autodefesa do que se tem, de seu patrimônio e de suas posições, com pouca abertura para as inovações. No medo de se arriscar reside grande parte do imobilismo em relação às transformações possíveis.

É um fato, todos querem recuperar uma fonte de financiamento que possa lhes oferecer o oxigênio que falta para retomar o trabalho com força e melhorar a capacidade de mobilização. Ora, isso não será conseguido sem mobilização e pressão.

Temos dirigentes sindicais em pelo menos 80% dos municípios brasileiros, que precisam se preparar para defender com ênfase a proposição. Precisam criar coragem, meter os dedos no teclado e ir para as frentes de batalha nos meios de comunicação e espaços institucionais. É preciso abandonar o receio e o medo de defender publicamente uma contribuição paga para cobrir despesas das entidades com a campanha que resultam nos direitos estabelecidos nos acordos e convenções. Sem isto, sem campanha pública forte, ficamos na dependência de concessões nos acordos com o Centrão.

Todas as entidades sindicais juntas, no Brasil, têm em torno de 225 mil dirigentes sindicais. Destes, aproximadamente 56 mil dirigentes sindicais são de entidades filiadas à CUT. A maior parte desta legião se encontra desmobilizada, paralisada. O maior e imediato desafio é

acordar este público. Isto pressupõe destacar equipes em cada Estado e em cada Confederação para se dirigir a cada direção sindical, com dados e argumentos suficientes para que compreendam a situação e vejam as possibilidades futuras, que podem ser alcançadas caso se mexam, saiam do imobilismo.

Sem isso, atos, manifestações, assembleias e reuniões continuarão com públicos muito aquém das possibilidades. E o sindicalismo continuará adiando os desafios de ampliar a representação e aumentar sua credibilidade, aguardando mudanças na legislação.

Foto: Cedoc-CUT



Mesa da diretoria na plenária que decidiu a fundação da CUT



## Apontamentos finais

**E** escrever é fácil, difícil é fazer. Eu entendo e peço que me desculpem pelas palavras e críticas enfáticas. O faço porque sinto que devo me manifestar. Para alguma coisa, penso que estas ideias servirão. Por isto, passei a madrugada escrevendo e agora disponibilizo para quem quiser ler e me coloco a disposição para a discussão.

Entendo que a CUT deve continuar os entendimentos e organizar as ações necessárias para conquistar a aprovação das mudanças legislativas, visando a valorização da negociação coletiva e o fortalecimento sindical, a começar pelo seu financiamento. Este projeto deve continuar como prioridade. Sugiro apenas que simultaneamente, em cada um dos ramos e nas CUT's estaduais o movimento sindical avance na superação das diferenças em relação a quem representa quem e faça o que tem que ser feito.

O conjunto das direções sindicais, do efetivo ao suplente, do liberado ao não liberado, todos e todas precisam ser mobilizados para fazerem as manifestações necessárias e intensificarem as transformações sindicais em suas entidades e ramos com afinco e prioridade.

Força total deve ser disponibilizada para fazer as transformações que já aprovamos, de forma alinhada e

concomitante com uma atuação forte nos territórios, onde se encontra a multidão de trabalhadores que já não conseguimos conquistar nas eleições municipais. Mas nem tudo está perdido. Cada dirigente e militante sindical pode recuperar o tempo perdido e avançar na organização e na presença efetiva das entidades sindicais e de suas centrais nos territórios, para que em 2026, tenhamos condições de evitar os péssimos resultados constatados nas periferias onde não havia candidatos e trabalho popular organizado.

As mudanças no mercado de trabalho impõem a necessidade de ampliar a representação, aumentar a representatividade para melhor defender e proteger os trabalhadores e as trabalhadoras. As entidades sindicais buscam se adaptar a esse novo cenário. Estas transformações precisam ser intensificadas. A busca por inovações e ajustes organizativos, mais adequados às novas realidades do mercado de trabalho são relevantes para a defesa dos interesses dos trabalhadores. Mas, as perspectivas para o movimento sindical no futuro próximo são complexas e desafiadoras, considerando o contexto político, econômico e social.

O modelo de acumulação de capital baseado na produção real de bens e serviços, com ganhos salariais garantidos nas negociações coletivas, tem cedido seu lugar a uma lógica de lucro máximo em curto prazo, desregulamentação econômica e inovações tecnológicas exponenciais. A flexibilização do mercado de trabalho, a terceirização e a fragmentação das negociações coletivas tornaram o cenário mais desafiador.

Nas últimas décadas, o movimento sindical enfrentou mudanças significativas. A credibilidade das entidades sindicais foi influenciada por uma série de fatores, incluindo mudanças políticas, econômicas e sociais. Essas organizações desempenharam um papel importante na luta pelos direitos dos trabalhadores em momentos-chave da história do país, e pode ser considerada vitoriosa, afinal foi protagonista na eleição do primeiro operário e da primeira mulher a ocupar a Presidência da República.

Mas, este posicionamento também lhes trouxe desgastes enquanto organizações de todos os trabalhadores, autônomas em relação aos partidos políticos. A extrema direita continua fortemente alicerçada em disputas nas redes sociais, por meio de *fake news*, e nos territórios, por meio dos templos evangélicos, por exemplo.

A guerra híbrida atacou a imagem dos sindicatos. A superação deste desgaste depende de muita dedicação, presença na base, compromisso com as reivindicações tal e qual são sentidas pela base. Mas, sem mudanças substanciais nas formas de se organizar, de representar e de se comunicar não conseguirá recuperar ou construir laços de confiança com a base.

Este desafio não pode se restringir aos trabalhadores com carteira assinada, mas incluir a legião de homens e mulheres que vendem sua força de trabalho por diversas formas. Deve contemplar desde as cadeias produtivas, as grandes redes de produção e comercialização, os locais de trabalho e os trabalhadores organizados em redes e plataformas de trabalho. Direito de organização nas redes e nas grandes concentrações deve estar estabelecido na legislação.



# Referências Bibliográficas

Bauman, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

Dal Rosso, Sadi. Mais trabalho: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008

Azevedo, Luiz. Sindicalismo sob ataque: unidade e democracia na organização sindical. Florianópolis: Insular Livros. 2019

Azevedo, Luiz; Ertle, Valeir. Reforma sindical: batalha decisiva em busca de uma criativa e forte capacidade de representação e negociação em contraposição aos desmonte e às metamorfoses nas relações de trabalho. 2a edição. Belo Horizonte: RTM, 2021



## Sobre o autor

**L**uiz Azevedo é pedagogo e mestre em Sociologia pela UFSC, mas acima de tudo militante sindical e político. Foi diri-



gente do Sindicato dos Bancários de São Paulo por dez anos (1979-1989), presidente da CUT regional da Grande São Paulo e secretário de política sindical da CUT do Estado de São Paulo.

Em 1991 assumiu como Deputado Estadual em São Paulo, não tendo se candidatado à reeleição. Em 1995 muda-se para Florianópolis, onde trabalhou na Federação dos Comerciários e na Escola Sul da CUT.

Com a vitória de Lula, em 2003, passa a se dedicar à gestão pública, tendo exercido funções na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, na Prefeitura de Itajaí, no Senado e no Governo Federal, onde foi Secretário Executivo no Ministério das Comunicações e na Presidência da República, cuidando das relações institucionais com parlamentares, prefeitos e governadores.

Com o impeachment de Dilma Rousseff incorporou-se às iniciativas que resultaram na constituição da Veredas Inteligência Estratégica.

